

# Alguns aspectos do problema do petróleo na França

KONRAD KOWALEWSKI.

**N**ÃO conta muitos anos a segunda fase histórica da indústria de refinação do petróleo na França.

Em 1930, êsse país só possuía duas velhas e pequenas refinarias e importava os produtos beneficiados de diversos lugares, sendo a indústria americana o seu principal fornecedor.

A França já havia, porém, organizado uma grande sociedade mista (quando Raymond Poincaré ocupava o cargo de Presidente do Conselho dos Ministros) — a “*Compagnie Française des Pétroles*” — cujo objetivo era o de desenvolver a produção de petróleo sob o controle francês nas diversas regiões produtoras.

O Pacto de San Remo que assegurou à França, entre outras coisas, a participação nas concessões do Iraque, constituiu, segundo as opiniões dominantes naquele tempo, a base para a fundação daquela “*Compagnie Française des Pétroles*”.

Entretanto, no ano de 1924, ninguém suspeitava que Mossul, conhecida antigamente pela produção da mais fina musselina, via a ser um dos mais promissores campos petrolíferos e que, posteriormente, em 1929, também o valor do Iraque seria devidamente avaliado.

Para tratar o óleo cru de Mossul a “*Compagnie Française des Pétroles*” constituiu uma nova sociedade denominada “*Compagnie Française de Raffinage*”. É mister lembrar que os associados da “*Iraque Petroleum Company*” decidiram que a companhia distribuiria os dividendos em espécie, isto é, em óleo cru, proporcionalmente à participação de cada membro no capital da I. P. C.

O “*Office National des Combustibles Liquides*”, órgão oficial da política francesa do petróleo, adotou novo regime alfandegário e fiscal no intuito de aumentar a entrada no país da matéria prima e de diminuir gradualmente a necessidade de importação dos produtos refinados. Simultaneamente, a política alfandegária protegia os interesses do óleo cru tirado do próprio solo francês em Pechelbronn. O Governo estimulou diversos grupos financeiros e industriais, nacionais e estrangeiros, a empreenderem a construção de refinarias.

Foi extraordinário o efeito dessa orientação baseada num razoável equilíbrio entre o poder e o querer. A imprensa inglesa disse, nessa ocasião, que a rápida construção das refinarias e a mudança das diretrizes do Governo relativamente ao beneficiamento do óleo cru, foi a mais interessante revolução industrial de nosso tempo.

Na véspera da segunda guerra mundial, a capacidade de produção da indústria francesa de

refinação — de acordo com os dados do *Institut Français du Pétrole* — dados êstes diferentes de outros retirados de diversas publicações de antes da guerra — era a seguinte: “*Compagnie Française de Raffinage* (controlada pelo Governo) e que possuía duas refinarias com uma capacidade anual de 2.500.000 toneladas, refinarias estas fundadas exclusivamente com capitais franceses; a “*Société Anonyme d'Exploitation Minière de Pechelbronn*” com a capacidade anual de 110.000 toneladas e *Les Consommateurs de Pétrole* com uma refinaria cuja capacidade anual era de 140.000 toneladas (é interessante notar que esta companhia foi organizada por grandes empresas como a *Compagnie de Chemins de Fer, Compagnies de Navigation, Union des Consommateurs*, etc.); a “*Compagnie des Produits Chimiques e Raffinerie de Berre*” que possuía uma refinaria com a capacidade de 600.000 toneladas; a *Société de Raffineries de Pétrole de la Gironde*, que construiu uma refinaria para beneficiamento de 285.000 toneladas de óleo cru e a *Société Anonyme d'Exploitation Minière de Pechelbronn (Ouest)* com capacidade para 180.000 toneladas. As refinarias construídas com a participação de capitais estrangeiros foram as seguintes: *Standard Française des Pétroles* com uma grande refinaria com a capacidade de 1.224.000 toneladas anuais; a *Vacuum Oil Co.* cuja refinaria tinha 250.000 toneladas de capacidade anual; a *Compagnie Industrielle des Pétroles (Vacuum Oil Co.)*, possuindo uma refinaria com a capacidade de 210.000 toneladas por ano e — *La Société Anonyme des Pétroles Jupiter* (grupo do *Royal-Dulch-Shell*), representada por duas refinarias com a capacidade de 1.405.000 toneladas por ano. Outra companhia, a *Anglo-Persian*, cujo nome na França é “*La Société Générale des Huiles de Pétrole*” possuía também duas refinarias com a capacidade anual de 850.000 toneladas. A *Refinerie des Pétroles du Nord (Dunkerque)*, financiada com capitais belgas e holandeses, tinha uma capacidade anual de 520.000 toneladas.

Vale a pena estudar aqui a disposição geográfica das refinarias francesas. A começar pelo Mar do Norte, temos uma refinaria em Dunkerque e outra em Courchelettes, localidade onde, já em 1865, foi instalada uma pequena e antiquada refinaria para beneficiar o óleo cru importado dos Estados Unidos.

As refinarias mais poderosas encontravam-se, no entanto, no estuário do Sena. A capacidade anual destas usinas, uma das quais pertencente a “*Compagnie Française des Pétroles*” era de . . .

3.869.000 toneladas, isto é, 45% da capacidade total da indústria petrolífera naquela época. No estuário do Loire encontravam-se, em Donges, duas refinarias com capacidade anual de 320.000 toneladas. Outras, agrupadas no estuário de Gironde, representavam cerca de 11% do total da capacidade da indústria de refinação de França. Dêste modo, na região do Mar do Norte, da Mancha e do Atlântico, agrupavam-se as demais usinas que representavam 72% da capacidade total dêsse ramo da indústria.

No setor do Mediterrâneo foram construídas diversas refinarias, grandes e pequenas, com uma capacidade total de cerca de 2.900.000 toneladas por ano. Convém mencionar ainda a refinaria de Merkviller, na Alsácia, que beneficiava o óleo cru de Pechelbronn. Esta e a de Courchelettes eram as únicas localizadas no interior do país enquanto as outras estavam situadas no litoral.

Calculando as capacidades das refinarias segundo a proveniência dos capitais nelas investidos chegamos à seguinte conclusão: a "*Compagnie Française des Pétroles*", juntamente com as sociedades francesas distribuidoras a ela filiadas, produzia 2.500.000 toneladas, anuais, isto é, 30% da produção total; as outras companhias, financiadas com capitais nacionais particulares, representavam 16% dêsse total; o capital do governo francês e os capitais nacionais atingiram, ao todo 46% do total dos investimentos feitos nesta indústria. Os capitais americanos perfaziam 20% e os ingleses 28%, enquanto que aos outros capitais estrangeiros cabiam 6% restantes. A indústria francesa de refinação cobria, em 1938, de 80% a 100% do consumo total de diversos produtos, o que atingia a soma de 6.478.000 toneladas.

Naquele ano a importação do óleo cru em lugar de produtos refinados, pareceu colocar a França numa posição mais privilegiada em face dos vendedores de óleo cru do que em relação com os de produtos finais.

A França poupou assim uma parte das suas divisas, retendo no país o dinheiro gasto na refinação. Além disso, os técnicos e operários franceses aperfeiçoavam-se neste ramo de indústria que, por sua vez, assegurava trabalho para a indústria metalúrgica e isso numa época de grande desemprego.

A França fez questão de construir as refinarias nas fábricas e oficinas nacionais, adquirindo no exterior unicamente as patentes e os desenhos assim como a parte do equipamento industrial que não era ainda possível ou vantajoso fabricar no país como, por exemplo, os aparelhos de controle e regulação, máquinas especiais e bombas.

As leis de 1928 relativas ao desenvolvimento da indústria de refinação estipulavam que o material técnico devia ser de fabricação francesa e que a importação do material estrangeiro só poderia ter lugar com o consentimento do "*L'Office National des Combustible Liquides*".

De acôrdo com os dados do *Institut Français du Pétrole* o valor das refinarias era, em 1939, de 4.700.000.000 francos.

Com a política adotada com energia desde 1928, conseguiu-se construir, com o auxílio de onze associações formadas com o capital financeiro e industrial, a mais nova e a mais moderna indústria de refinação de petróleo de toda a Europa. A França, país de capitalismo ativo, achou razoável, naquela época de distúrbios financeiros, econômicos e sociais, assegurar a cooperação bem regulamentada dos capitais estrangeiros.

A explicação dêsse fato, nesse setor da vida econômica da França, está exatamente na situação especial dêsse país. Os franceses, como disse Henry Peyret em artigo que escreveu sobre assuntos petrolíferos, sabiam muito bem que, no caso de um novo conflito armado, a França precisaria apelar outra vez e exclusivamente para o petróleo americano, pois o Iraque ou a Romênia e a Rússia achavam-se longe dos portos franceses.

Era no entanto indispensável manter boas relações com a indústria petrolífera americana que durante a primeira conflagração mundial prestara grande e preciosa ajuda que a França jamais esquecerá na paz.

O realismo francês contribuiu naturalmente para que se verificasse imediatamente que êsse ponto de vista não autorizava o relaxamento do controle sobre capital estrangeiro. Acreditava a França que possuía bastante força e possibilidades de controlar real e eficientemente a sua indústria de refinação. Aos críticos que afirmavam que essa indústria não era nacional porque beneficiava, em grande escala, o óleo estrangeiro, respondeu Vitor Forbin perguntando qual era a grande indústria francesa que não comprava a matéria prima no estrangeiro e citou, à guisa de exemplo, as importações de algodão, lã, couros e minerais.

Durante a segunda guerra mundial as refinarias francesas sofreram muitos e graves danos, ficando algumas delas quase completamente destruídas. Os tanques de armazenagem foram incendiados em grande parte e o bombardeio causou sérios danos às unidades de transformação e aos serviços gerais sendo que, diversas instalações desmontadas foram enviadas para a Alemanha. Os danos totais foram calculados em 30% do valor total das refinarias.

Desde a libertação, porém, a França começou a obra de recuperação da sua indústria com os próprios meios e com a ajuda dos Estados Unidos, isto dentro do plano americano na parte referente à França.

A "*Comission de Modernisation du Pétrole*" estabeleceu que para a restauração e desenvolvimento da indústria francesa do petróleo é preciso investir, no período de 4 anos a partir de 1946, 11.500 milhões de francos na base do seu valor em 1939.

Só para a reconstrução e modernização das refinarias o plano fixou 40% desta cota; para os transportes marítimos reservou 13%; para as pesquisas de petróleo, 17%, isto é, 2.000 milhões de francos na base de valor de 1939. E' preciso indicar aqui a produção de óleo cru em Pechelbronn

caiu das 72.000 toneladas anuais de antes da guerra para as 49.000 toneladas de 1947, não se registrando qualquer aumento durante o ano passado.

A modernização e o equipamento da indústria de petróleo faz parte do plano Monnet. Os pontos básicos desse plano em relação à indústria de petróleo são os seguintes: dobrar a capacidade das refinarias; reagrupar as usinas para que as menores refinarias possam alcançar capacidades razoáveis do ponto de vista econômico; assegurar — o que é muito sintomático e interessante — percentagens mais altas de produção de "fuel oil" para diminuir as importações de carvão e, enfim, standardizar as usinas do ponto de vista de construção e de rendimento dos produtos, aceitando como norma para as unidades de transformação as normas americanas e, para as instalações gerais, as normas francesas.

A reconstrução das refinarias foi levada a efeito com o auxílio da indústria mecânica e da metalúrgica francesa, indústria que não somente recuperou o seu nível de antes guerra como continuou a progredir.

Ainda durante os anos de guerra — conforme afirma o "Institut Français du Pétrole", — os técnicos e construtores franceses aperfeiçoaram-se no estudo de problemas da reconstrução de refinarias e da normalização dos materiais, de acordo com os processos técnicos mais modernos. Uma dificuldade particular era a da soldagem que foi afinal colocada no nível técnico igual ao dos outros países.

A diversidade dos objetivos da indústria francesa, proporciona-lhe grandes possibilidades de especialização.

A sua capacidade construtora atual permite solucionar os problemas criados por ocasião da construção de refinarias francesas e estrangeiras.

A sua conquista nesse domínio, esta consolidada.

O programa da recuperação das refinarias já foi em parte executado. Elas trabalham hoje com aumento constante da percentagem de rendimento. Para o ano de 1949, a capacidade prevista é de 12.180.000 toneladas e para o ano de 1955 esta capacidade já estimada em 18.390.000 toneladas. Nesta previsão, a *Compagnie Française de Raffinage* figura com 7.200.000 toneladas anuais ou seja cerca de 40% da capacidade total desta indústria.

Parece que estas estimativas têm por base, entre outras coisas, a situação da França no Iraque onde foi de novo forçada a travar batalha.

Com efeito, os quatro grupos que formavam o *Iraque Petroleum Company* concluíram em 1928 um "group agreement" segundo o qual cada um deles se obrigava a não adquirir concessões na parte interna duma zona delimitada por uma "linha vermelha" correspondente aos antigos limites de Império Otomano sem que os três outros grupos também participassem dessas concessões.

Este acordo foi denunciado unilateralmente, no fim de 1946, pelo grupo americano que avisou aos outros signatários que tencionava, com a ajuda de outras companhias americanas, explorar novas concessões dentro da "linha vermelha" e comprar, fora desta linha, uma importante parte da produção da Anglo-Persian. Deste modo a exploração dos campos petrolíferos do Iraque foi sacrificada em benefício dos terrenos da Saudi Arábia e do Irã onde a França não possuía então nenhum interesse.

Está, por isto, imediatamente aos governos americano e inglês que o "group agreement" de 1928 foi concluído sob a orientação dos três governos. Depois das diversas fases pelas quais passou esta questão, as divergências foram finalmente resolvidas duma maneira satisfatória.

A exploração dos campos do Iraque será grandemente ampliada, novas perfurações serão efetuadas e três novos "pipelines" serão adicionados aos atualmente existentes para transportar para o Mediterrâneo e Golfo Pérsico uma produção que será em 1952, de 23 a 26 milhões de toneladas. Deste volume total a França assegurou para si de 6 a 7 mil toneladas quantidade esta que pode cobrir a metade do consumo interno, conforme o previsto no plano Monnet.

Entre os sócios da *Iraque Petroleum Company* foi igualmente combinado que cada um receberá no futuro óleo cru não de acordo com a sua participação no capital da Companhia, mas, sim, proporcionalmente às necessidades que devem ser indicadas antecipadamente para um período de cinco anos. Esta cláusula satisfaz à França que só participa de concessões internacionais no Iraque.

O beneficiamento do óleo cru aumentou muito em 1948. Neste último ano a média mensal foi de 420 mil toneladas. Segunda os dados do "Bulletin de la Statistique Generale de la France" porque a média mensal para os três primeiros meses de 1948 já foi de 547 mil toneladas e atingiu no terceiro trimestre deste ano 720 mil toneladas. Merece atenção o grande aumento do consumo do "Fuel oil", que, conforme informação do mesmo "Bulletin", foi já em 1947, duas vezes e meia maior que em 1939 e tende ainda a aumentar nos próximos anos. O consumo de "Gas oil", segue a mesma linha. A posição da gasolina não foi ainda reatingida; a oferta se manteve em princípios de 1948, num nível de 20 a 25% mais baixo do que o de 1939; mas, conforme "Etude et Conjuncture Union Française" (NW 3-5, 1948) foi difícil comparar a oferta com as necessidades reais por causa do desconhecimento da situação do parque automobilístico.

De acordo com as previsões da "Commission de Modernisation du Pétrole", o consumo francês será, em 1950, de 12.080.000 toneladas, isto é, 70% mais do que o consumo em 1938. Prevê-se um aumento de 30% no consumo de gasolina e mais de 100% de aumento no consumo do "fuel oil" e do "gas oil". Para o ano de 1952 prevê-se

mesmo um consumo total de 15.415.000, isto é, cêrca de 37% do consumo total da Europa, com exceção da Rússia, em 1938.

Jean Monnet, em entrevista concedida, falando sôbre a execução do plano que tem o seu nome e do plano Marshall, publicada no semanal "Problèmes Economiques" (janeiro de 1949), salientando que a França colha agora os frutos dos esforços que começou a exercer há dois anos, acenou que a capacidade de refinarias ultrapassou já muito a da outra guerra.

A recuperação da indústria de refinação caminha a passos largos.

Se é lícito tirar dessa análise algumas conclusões que possam indiretamente aplicar aos rumos da nova e tão feliz política de refinação do petróleo adotada ultimamente no Brasil, elas seriam as seguintes:

1. Pelo exame da solução francesa verifica-se a importância da criação da indústria de petróleo como verdadeira indústria — chave da adiantada e industrializada economia nacional;
2. a razão de ser desse setor da indústria não depende exclusivamente da disponibilidade das reservas suficientes de óleos crú no território nacional;
3. o êxito das iniciativas nesse sentido depende duma acertada e economicamente razoável

regulamentação da matéria por lei, com a participação ativa dos poderes públicos na aplicação de tal programa, sobretudo mediante a concessão de uma série de providências protetoras, alfandegárias, tributárias e outras;

4. no que diz respeito ao programa da participação do capital estrangeiro na criação e desenvolvimento desse setor da indústria de combustíveis, programa êste tão amplamente debatido, não parece impôr-se a opção entre duas soluções nitidamente opostas e inconciliáveis: a da estadição nacionalista e a da entrega desse setor ao capital estrangeiro. São perfeitamente aceitáveis e, em determinadas condições até se recomendam muito as soluções intermediárias entre êsses dois polos opostos. Como é natural, não existem nessa matéria soluções abstratas, ideais, aplicáveis em tôda a parte, de vez que elas têm que ser rigorosamente adaptadas às condições nacionais de todos os países interessados, encarados separadamente.

5. A criação de uma vigorosa e dinâmica indústria de refinação do petróleo possibilita, por sua vez, quando a economia nacional já é uma economia industrial, o estabelecimento dos diversos ramos da indústria de equipamento de refinarias, como aconteceu na França, com a conseqüente possibilidade do seu promissor aproveitamento para a montagem da indústria refinadora em outros países como no Brasil.

\* \*

\*

Na Documentação trabalham, continuamente, duas tendências: uma, a especialização, donde a divisão de tarefas; outra, a combinação, donde a colaboração. Encontram-se essas tendências no ciclo inteiro das operações: produção, distribuição, conservação e utilização.

Por conseguinte, tôdas as publicações deevm conformar-se a êsse princípio: possibilidade de comparar, uns com os outros, os resultados expostos, de acumulá-los, de acondicionar de maneira diversa seus elementos; e isto só é realizável com um mínimo de disposições que digam respeito à forma, tanto material quanto intelectual. Em particular, aplica-se êsse princípio no que diz respeito às notícias históricas originais publicadas em periódicos, se as considerarmos como uma produção da qual todo o conteúdo, através dos resumos, das anotações das críticas e das análises, está destinado a passar, em seguida, pelos ciclos das formas documentais sistemáticas.

Documentos e Documentação — PAUL OTLET.

\* \*

\*

— Todo regime de garantia dos meios de existência deveria aliviar a necessidade e impedir a miséria, restabelecendo, até um nível razoável, os meios de existência perdidos pela inapacidade de trabalho (incluindo a velhice) ou de obter um emprêgo remuneratório ou pela morte do arrimo da família. — A garantia dos meios de existência deveria ser estabelecida, tanto quanto possível, na base do seguro social obrigatório, pelo qual os segurados que cumprem as condições exigidas têm direito, em virtude das contribuições pagas a uma instituição de seguro, a benefícios pagáveis em taxas e nas contingências fixadas pela lei. — Necessidades não cobertas pelo seguro social obrigatório deveriam ser satisfeitas pela assistência social; certas categorias de pessoas, especialmente crianças dependentes e inválidas, idosos e viúvas, necessitados, deveriam ter direito a abonos de taxa razoável, conforme uma escala prescrita. — Uma assistência social apropriada às necessidades do caso deveria ser prestada a tôdas as outras pessoas desprovidas.

„ Da Recomendação n.º 67 Relativa à Garantia dos Meios de Existência, da Conferência Internacional do Trabalho — Filadelfia, 1944.